

## A questão do alternativo no jornalismo e na comunicação

*The question of the alternative in journalism and communication*

**Maria do Socorro Furtado Veloso**

Doutora em Ciências da Comunicação – ECA/USP  
Professora – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

### Resumo

Este artigo recupera diferentes conceitos atribuídos ao termo alternativo no jornalismo e, de modo mais amplo, na comunicação. O objetivo é discutir os problemas que afetam a categorização deste campo, principalmente em decorrência de sua estrutura cambiante. No Brasil, a expressão é comumente associada a jornais surgidos após o golpe militar de 1964, que operavam à margem dos grandes veículos e tinham por objetivo central a resistência ao regime. Neste início de século, contudo, alternativo também pode ser entendido como o uso estético e estratégico de canais midiáticos por pessoas e grupos empenhados na militância contra as corporações.

**Palavras-chave:** Alternativo. Jornais Alternativos. Comunicação Alternativa. Comunicação Contra-Hegemônica.

### Abstract

This paper works with the different concepts assigned to the term alternative at journalism and, in a bigger perspective, the communication. Its objective is to discuss the issues which affect categorization in this field, specially its changing structure. In Brazil, the expression usually is associated to newspapers that arose after the 1964 military coup that operated aside the mainstream media and had as main goal to resist to the regime. In the beginning of the century, the term was understood as the aesthetic and strategic use of media by people or groups interested in militancy against corporations.

**Keywords:** Alternative. Alternative Newspapers. Alternative Communication. Anti-hegemonic Communication.

### Introdução

Na história da imprensa brasileira, o termo alternativo é

comumente associado a um tipo de jornalismo produzido durante a ditadura militar (1964-1985), à margem dos grandes veículos. Seu objetivo central foi a resistência ao regime autoritário de então.

Os historiadores só registram impulso da mesma natureza na proliferação dos pasquins, ocorrida na primeira metade do século 19, em meio às lutas políticas contra Portugal. Resultado de iniciativas na maioria das vezes solitárias e quase sempre condenadas a não passar da primeira edição, essa pequena imprensa panfletária tinha como marca a linguagem violenta e apaixonada, conforme atesta Nelson Werneck Sodré (1999).

Quanto aos veículos criados com o objetivo de confrontar o regime instalado em 1964, Bernardo Kucinski (1991) observa que, em contraponto à complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, “os jornais alternativos denunciavam sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. [...] Opunham-se por princípio ao discurso oficial” (1991, p. XIII).

### Origens e sentidos da expressão

Alberto Dines afirma ter criado a expressão imprensa alternativa em 1975, ao traduzi-la literalmente do inglês alternative press. Antes, observa, falava-se em imprensa underground ou nanica (LINS DA SILVA, 1982, p. 151). Kucinski tenta iluminar o debate em torno desses termos. Informa que a palavra nanica, quando referente a um modelo de imprensa, inspirou-se no formato tablóide dos jornais e foi popularizada principalmente por publicitários. “Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa”, sugerindo “imaturidade” e “certo tratamento paternal” (KUCINSKI, 1991, p. XIII).

É na expressão alternativa, contudo, que essa imprensa produzida em um contexto social e político específico,

como foi o último período militar, encontra quatro significados essenciais:

[...] o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 1991, p. XIII).

Perseu Abramo (1997) também analisou o sentido da palavra, quando aplicada a um tipo de imprensa surgido nos anos 1960. Segundo ele, por falta de condições financeiras, esses veículos nunca foram de fato uma alternativa aos jornais burgueses e nem uma opção de leitura que fizesse o leitor trocar, por exemplo, a Folha de S. Paulo por Opinião. Segundo Abramo, tratava-se “muito mais de fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la” (1997, p. 328), estabelecendo-se da parte dos alternativos uma “dependência contraditória” em relação aos grandes jornais:

Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro (ABRAMO, 1997, p. 328).

As informações veiculadas na grande imprensa eram a base dos textos produzidos para os jornais alternativos, o que comprometeria a qualidade destes. A diferença estava na abordagem: “os informantes ouvidos em off, a orientação oposicionista de análise e interpretação e, naturalmente, o posicionamento ideológico e político diante do assunto tratado” (ABRAMO, 1997, p. 329).

Personagem ativo nas redações brasileiras durante o regime ditatorial, quando esteve à frente de dois dos principais projetos alternativos daquele período – Opinião e Movimento –, Raimundo Rodrigues Pereira afirma que o termo “alternativo” foi usado indevidamente para caracterizar um modelo de imprensa produzido durante a ditadura militar. Ele rejeita a tese de que os jornais alternativos dos anos 70 pretenderam funcionar como “um mecanismo de correção” da imprensa hegemônica, que não estaria cumprindo seu papel:

Enquanto a grande imprensa brasileira tomava o rumo da

monopolização impulsionada pelo grande capital nacional e internacional e, a despeito de divergências de setores seus com o regime político, o apoiava, a imprensa alternativa foi expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendeu seus interesses nacionais e populares, portanto, condenava o regime (PEREIRA, in: FESTA; LINS DA SILVA, 1986, p. 55).

Regina Festa (1986) segue a mesma perspectiva, ao classificar os alternativos como publicações de caráter cultural e político produzidas por grupos de oposição, e que “emitiam uma corajosa condenação ao regime político”. Entre as razões para o desaparecimento dessa imprensa após a abertura, cita a criação de novos espaços políticos na sociedade e a perseguição econômica que sucedeu o fim da censura prévia aos jornais, evidenciada em medidas como a fiscalização contábil redobrada.

A memória que se construiu em torno da imprensa alternativa no Brasil, vinculando-a à censura e justificando o término de sua fase mais laboriosa com o fim da repressão, quando não mais existiriam motivações para sua continuidade, também chamaram atenção de Maria Aparecida Aquino (1999). Num importante estudo sobre os canais de resistência constituídos nos jornais O Estado de S. Paulo e Movimento, nos anos 1970, a historiadora define a imprensa alternativa como “opção”, considerando-se que busca formas de ocupar os espaços desprezados pela grande imprensa.

A alternativa não se pretende neutra, assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos [...]. Faz um jornalismo engajado, orientado a não separar opinião de informação. Sua sustentação financeira advém basicamente da venda em bancas ou de assinaturas, de seus associados [...], de filiados [...] e de fiéis [...]. Como alternativa à imprensa convencional, de uma maneira geral, seu esquema de produção de informações busca recuperar a figura do jornalista/repórter que constrói pela pesquisa a matéria a ser veiculada, tentando fugir da homogeneização da informação que ocorre nas grandes empresas (AQUINO, 1999, p. 122-123).

### **A constituição do alternativo na comunicação**

Tomando por base a experiência brasileira, é possível entender por alternativos os veículos que prezam pelo descomprometimento de sua linha editorial com o poder dominante, operando a revelia de pressões econômicas.

Neste sentido, tal modelo é comumente denominado de “alternativo”, “underground”, “radical”, “independente”, “dissidente”, “de resistência” ou “do leitor”.

Em uma perspectiva mais ampla, a constituição do alternativo no campo da comunicação se dá, fundamentalmente, pelo rechaço à estrutura vigente. Mar de Fontcuberta e Josep Mompert (1983) afirmam que o surgimento dessa expressão pode ser associado, historicamente, aos episódios de maio de 1968 na França. Citando Hans Enzensberger, lembram a reação dos estudantes ao “informacionismo” e a ênfase na “volta às origens”, quando os rebeldes recorreram a formas artesanais de impressão para produzir seus manifestos (FONTCUBERTA; MOMPART, 1983, p. 22).

Os autores destacam, ainda, as quatro vertentes históricas propostas por Fernando Reyes Matta (1980) visando determinar a dinâmica alternativa, tanto do ponto de vista da forma como do conteúdo: as lutas contra o colonialismo na Ásia e África, as reações nacionais e internacionais contra o neocolonialismo no Terceiro Mundo, o movimento pela qualidade de vida (liberação feminina, defesa da paz, alimentação saudável) e as reações frente a autoritarismos políticos e econômicos, que geram a deterioração da democracia – especialmente na América Latina.

Ao percorrer estudos produzidos pela escola funcionalista norte-americana e outros de inspiração marxista, constatam, no entanto, que a variedade de definições para a comunicação afeta frontalmente o que se entende por “meios alternativos” ou “alternativas aos meios”. Deste modo, não é possível dar ao alternativo uma definição estável.

Os conceitos são cambiantes e ao longo da história recente comportaram a comunicação popular, marginal, contra o sistema capitalista e até mesmo a comunicação estatal socializada. Por conta disso, podem incluir de panfletos clandestinos a emissoras de TV a cabo. “O alternativo depende da conjuntura concreta de cada panorama comunicativo” e, neste sentido, “mais do que falar de comunicação alternativa, há que referir-se a elementos alternativos na comunicação” (FONTCUBERTA; MOMPART, 1983, p. 26).

Dentro dessa perspectiva mais ampla, com experiências de contestação que vão do movimento negro a grupos punks, um autor de referência na atualidade é John Downing

(2003). Ele observa que muitos dos meios alternativos foram gestados dentro de um modelo destinado a confrontar as estruturas ideológicas dominantes, a partir da noção de contra-hegemonia que se popularizou entre os grupos influenciados pelo pensamento gramsciano:

[Gramsci] esperava que os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem organicamente com as classes trabalhadoras para o desenvolvimento de uma ordem social justa e culturalmente superior, ao contrário dos intelectuais organicamente integrados com as classes dominantes, cujos esforços comunicativos fortaleceram a hegemonia do capital (DOWNING, 2003, p. 48).

Encorajar a diversidade no jornalismo é o papel central dos intelectuais, afirma Lauren Kessler (1991). A autora investigou a luta de grupos sociais, políticos e culturais que tiveram negado o acesso ao mercado da mídia dominante. Incapazes de obter um espaço justo para expor suas idéias, os dissidentes se retiram para criar os próprios canais de comunicação.

Kessler se refere à imprensa alternativa produzida nos EUA por socialistas, negros e feministas, entre outros segmentos sociais, como “dissidente”. Ao abordar as liberdades garantidas pela primeira emenda da Constituição daquele país, propõe o conceito de “supermercado de idéias”, segundo o qual a imprensa deve funcionar como um fórum “que ofereça ao público uma diversidade de teorias, pensamentos, sentimentos e opiniões” (KESSLER, 1991, p. 8). Lendo, ouvindo ou vendo os meios de comunicação de massa, o público pode decidir entre “comprar” (aceitar, concordar com) idéias e rejeitar outras.

Existência e tolerância à diversidade de idéias e opiniões são premissas da imprensa livre. Seus fundamentos podem ser encontrados na Areopagítica de John Milton, datada do século XVII – “Deixemos que a verdade e a falsidade se batam. Quem jamais viu a verdade levar a pior num combate franco e livre?” – e nas argumentações de John Stuart Mill, filósofo americano do século XIX – “Se toda a humanidade tivesse uma opinião e apenas uma pessoa tivesse opinião contrária, a humanidade não teria mais justificativa para silenciá-la, do que essa pessoa teria para silenciar a humanidade” (apud KESSLER, 1991, p. 9).

Lembra a autora que na América do pós-guerra, em 1947, um grupo de intelectuais liderados pelo reitor da Universidade de Chicago, Robert Maynard Hutchins,

elaborou diretrizes para uma imprensa democrática e responsável. Os jornalistas, segundo a chamada Comissão Hutchins, deveriam fornecer, entre outros, uma cobertura verdadeira, compreensiva e inteligente dos eventos do dia, em um contexto que lhes desse significado; a projeção de um quadro representativo dos grupos que constituem a sociedade, retratando justamente os grupos em conflito, sem estereótipos baseados em indivíduos; e total acesso à “inteligência do dia”.

Como observa Kessler, os membros da comissão, bem como outros críticos do século XX, ressaltaram a importância da participação de todos no “mercado de idéias”. A participação não deveria se basear na riqueza pessoal ou corporativa. De fato, eles insistiram para que o poder corporativo fosse amenizado a fim de se criar condições sob as quais cada indivíduo e grupo minoritário pudesse defender suas posições.

Os tribunais, particularmente no século XX, também apoiaram o conceito de mercado livre, prossegue Kessler. O juiz norte-americano Brandeis escreveu em 1927 que a liberdade “de pensar como quiser e de falar como se pensa” foi essencial para a busca da verdade política. Embora a liberdade de discurso tenha permitido que informações falsas ou equivocadas fizessem parte da discussão pública, para Brandeis, nada garantiria que a intervenção do governo prevenisse ou punisse a falsidade.

Citado por Kessler, um defensor mais recente da livre manifestação das idéias, o juiz Hugo Black, lembra que a diversidade na imprensa foi necessária para o bem estar da sociedade democrática. A primeira emenda escreveu Black em um caso antitruste contra a Associated Press, “baseia-se no pressuposto de que a ampla possibilidade de disseminação da informação, por fontes diferentes e antagonistas, é essencial para o bem estar do público; assim, a liberdade de imprensa é condição para uma sociedade livre” (KESSLER, 1991, p.11).

A pesquisadora norte-americana aponta a inexistência de uma troca aberta de idéias nas instituições convencionais de comunicação de massa, que só falam para um grupo médio na condição de defensoras do status quo. A nova história social, algumas vezes chamada de “história de baixo para cima”, pode oferecer o contexto necessário, visto enfatizar “vozes humanas, não institucionais”:

Nesse contexto, a história de imprensa pode se tornar a

investigação dessas pessoas, cujos esforços fazem parte de nossa herança jornalística, mas que não são parte do mainstream institucional. Olhando para a história da imprensa de baixo para cima é possível redescobrir um complexo mercado de idéias na apaixonada retórica dos despossuídos (KESSLER, 1991, p. 15).

A imprensa alternativa sempre coexistiu com a mídia convencional ao longo da história americana e é uma parcela relevante da herança jornalística daquele país, assim como o New York Times, o Chicago Tribune e a revista Times. Os veículos alternativos do passado compõem, segundo Kessler, uma “crônica esquecida de idéias, metas e ações daqueles que foram estranhos às regras de seu tempo” (1991, p. 154).

Foi a necessidade de comunicar idéias normalmente inaceitáveis, associada à falta de acesso à mídia de massa, que levou ao desenvolvimento de canais de notícias específicos de grupos dissidentes. Em muitos casos, observa Kessler, esses grupos teriam preferido usar a mídia convencional ao invés de criar suas próprias publicações. Não apenas porque gostariam de se comunicar com grandes audiências, mas também porque dessa forma não teriam de arcar com despesas extras. Muitos grupos dissidentes funcionaram com pouco dinheiro. Estabelecer e manter suas próprias publicações era parte de um grande esforço financeiro e eles só o fizeram por não ter outra alternativa.

Os homens e mulheres que devotaram seu tempo e energia para publicar jornais dissidentes eram pessoas convencidas tanto da correção de sua causa como do poder da imprensa. Eles eram os descontentes que queriam mudanças e os idealistas que acreditavam que essas mudanças eram possíveis. Muitos eram ao mesmo tempo líderes e cronistas de suas causas. [...] Para a maioria, jornalismo não era uma profissão ou um chamado separado de sua causa. Publicar um jornal ou uma revista não era o caminho da riqueza, era o caminho para um mundo melhor (KESSLER, 1991, p. 156).

Nos estudos sobre as formas contra-hegemônicas de comunicação, os meios são entendidos como parte do bem comum (naturais, econômicos, sociais e culturais), aos quais deve ter acesso o maior número possível de pessoas, como enfatiza Carlos Ayala Ramírez (1997, p.7): “O desenvolvimento dos meios de comunicação alternativos [...] que promovem e asseguram o exercício da liberdade de expressão e comunicação da sociedade é

uma necessária e oportuna opção para salvaguardar esse caráter de bem comum”.

Os grandes meios massivos nem sempre servem à verdade, ao pluralismo ou à paz, mas sim a preferências políticas e interesses privados, atesta o autor – que analisou experiências latino-americanas. Como conseqüência, esses meios vêm ocupando os espaços abertos em nome da liberdade de expressão para vender opinião e propaganda como se fossem informação. Nesses casos, o que é partidário torna-se interesse nacional, em detrimento dos interesses mais amplos “e em prejuízo de uma genuína liberdade de expressão” (RAMÍREZ, 1997, p. 12).

Em busca de uma conceituação possível para os meios alternativos, o autor enumera um conjunto de características, entre elas o fato de serem populares, participativos e plurais, além de contribuírem para a melhoria da qualidade de vida, buscar a excelência profissional e propor novos temas à agenda pública e política. Em resumo, tratariam-se de veículos que “mantêm um vínculo estreito com a maior parte da sociedade”; permitem uma relação mais horizontal entre emissores e receptores, “dando o poder da palavra a todos os setores sociais, especialmente aos que historicamente foram privados” desse poder; estão abertos a todos os segmentos, sem distinção; “são um lugar de campanhas em favor da saúde, educação, meio ambiente e dos direitos humanos”; visam à qualidade técnica e de conteúdo, “para saber responder às exigências dos novos tempos”; e investem na consciência crítica, estimulando a argumentação e o debate (RAMÍREZ, 1997, p. 32).

Na tentativa de esclarecer em que consiste essa experiência comunicativa e de onde deriva sua necessidade, Ramírez afirma que o alternativo resulta de um conceito histórico: “[...] por referir-se a realidades cambiantes que dependem da situação estrutural e conjuntural na qual se dá, vem cobrando um significado distinto, segundo o momento do processo e segundo o contexto no qual surge” (1997, p. 42). Não se trata, acrescenta, da mesma comunicação alternativa que se manifesta num quadro de negação total dos direitos dos cidadãos, como o último período das ditaduras militares na América Latina:

[...] naquelas etapas de nossa história de maior fechamento dos espaços de comunicação e de expressão, de maior distorção e ocultamento da verdade, de maior perseguição a pessoas e instituições identificadas com os setores populares, o alternativo se definiu por sua oposição à ordem

vigente. A ênfase principal estava em ser instância crítica e desmascaradora da ideologia e interesses predominantes. [...] para ocultar ou negar o que havia de legítimo neste tipo de comunicação, os mantenedores da ‘ordem’ passaram a satanizar o alternativo, qualificando-o de prática clandestina e desestabilizadora (RAMÍREZ, 1997, p. 42).

Em um contexto de maior abertura democrática, o cenário é diferente. Neste caso, a ênfase recai na maior pluralidade de fontes, no acesso irrestrito aos canais e no desenvolvimento de uma “consciência coletiva responsável, crítica e criadora”.

Diante da prática excludente no acesso à mídia, o alternativo se propõe a estabelecer o direito à liberdade de expressão para o conjunto da sociedade, democratizando meios escritos e audiovisuais. “O alternativo parte da convicção de que a ação comunicativa começa com a inserção na realidade [grifo do autor] de seus destinatários, isto é, se situa no mundo daquela parte majoritária da sociedade” (RAMÍREZ, 1997, p. 43-44).

Em um quadro de passividade, de esquecimento e indiferença, o alternativo aponta para a instauração de uma consciência coletiva com memória histórica, capaz de levar a uma atitude responsável, crítica e criadora. “Em outras palavras, se busca passar do obscurantismo e da censura ao exercício ativo do pensar e do divergir” (RAMÍREZ, 1997, p. 44). Em resumo, diz o autor, comunicação alternativa é:

[...] participação dos cidadãos, defesa do bem comum, serviço à verdade, mediação para resolver problemas da vida cotidiana, cultivo do debate responsável e pluralista, garantia efetiva de recepção e expressão para os legítimos movimentos sociais, políticos e culturais (RAMÍREZ, 1997, p. 45).

Neste cenário, conclui Ramírez, a comunicação alternativa aparece como a opção mais difícil, mais cara e perigosa, mas também como a experiência mais humanizadora, humanizante e democrática. Mais difícil porque supõe ir além dos modelos impostos pelo mercado de comunicação tradicional, que limita e condiciona suas mensagens à combinação entre publicidade, entretenimento e informação, e porque exige de quem a pratica “um grande esforço de criatividade e formação”. Mais cara, porque se a intenção é democratizar a palavra e fortalecer a sociedade civil, isto demanda recursos, ainda que modestos. Mais perigosa, porque se o comunicador

aposta na luta contra a injustiça e a corrupção, no “respeito à dignidade humana frente a pragmatismos utilitaristas”, em algum momento terá de enfrentar pessoas e/ou instituições.

O contraponto a esses desafios, acrescenta o autor, reside no fato de que a comunicação alternativa é democrática porque estende a palavra à parcela da sociedade despossuída de direitos fundamentais, e favorece o pluralismo comprometido com o bem comum. Humanizadora e humanizante, “eleva a qualidade da consciência coletiva e pessoal mediante o cultivo da racionalidade e da sensatez”, e, frente a uma cultura tomada pelo consumismo e narcisismo, propõe valores: “[...] a solidariedade compartilhada; a justiça como juízo crítico da arbitrariedade e da impunidade; a austeridade como freio ao luxo excludente e esbanjado; o fomento dos valores ecológicos frente à crise do meio ambiente, produto da chamada ‘civilização industrial’.” (RAMÍREZ, 1997, p. 52-54)

Experiências alternativas levadas a efeito no continente latino-americano também foram objeto da reflexão de Máximo Grinberg (1987). Ao constatar a proliferação de meios de informação e comunicação alternativos como “antídoto” ao monopólio da palavra por parte daqueles que exercem o poder político e econômico, o autor aponta dificuldades para a delimitação do conceito.

Ao defender que o “alternativo é factível através de diferentes meios e formas de comunicação”, não propõe uma opção aos “media como tais”, mas enquanto instrumentos do poder; do modo inverso, “o meio não é em si o alternativo (ou não o é necessariamente) mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social” (GRINBERG, 1987, p. 19-20).

Para Grinberg, é alternativo todo meio que, num contexto onde setores privilegiados detêm o poder político, econômico e cultural, representa uma “opção frente ao discurso dominante”. O surgimento dessas vias alternativas de comunicação e informação é o “sintoma de processos que se verificam no fundo da vida social, uma tentativa de romper o cerco das estruturas informativas predominantes” (1987, p. 30-32). Recusando-se a adotar a tese frankfurtiana, observa que os meios são poderosos, mas não onipotentes:

Ao longo da história, as elites sempre usufruíram do monopólio da palavra escrita. E hoje acrescentam ainda

o monopólio da voz e da imagem, em escala de ficção científica. Se os meios fossem, porém, realmente, esses maravilhosos reprodutores da submissão, esses todopoderosos conformadores de consciências, a ordem social seria inamovível. Neste caso, deveria ser fechada, com resignação fatalista, toda possibilidade de mudança; teríamos que renunciar a todo projeto, por modesto que fosse, no sentido de construir as pontes para a democratização das estruturas econômicas, políticas e sociais, e, por conseguinte, das próprias estruturas de comunicação. Mas, felizmente, não vence a guerra de palavras e das imagens, mas o princípio de realidade (GRINBERG, 1987, p. 31).

Para Ciro Marcondes Filho (1989), no entanto, o jornalismo conformista de consciências, produtor de “mentes mal-informadas”, é uma questão central neste debate. Ao tratar da imprensa alternativa, o autor aborda experiências modestas e isoladas da imprensa europeia não-alinhada, “e subordinadas, evidentemente, à realidade histórico-social de que emergiram”. Cita publicações surgidas a partir do maio de 1968, como o italiano *Lotta Continua*, o francês *Liberation*, fundado por Jean Paul Sartre, e o alemão *Taz*. Apresenta teses, defendidas por esses jornais não-alinhados, de como poderia ser um “outro” jornal, não submetido às condições de produção impostas pelo campo hegemônico.

Esta nova imprensa não alinhada objetiva desvincular-se de correntes políticas, dando publicidade apenas aos movimentos e grupos postos à margem de processos políticos, econômicos e sociais. Os clichês que caracterizam a transmissão de notícias são, neste cenário, substituídos pelas novas técnicas do pensar, onde o receptor pode ponderar aspectos da questão sem receber definições prontas para serem consumidas. “Significa usar a capacidade de discernimento do receptor e permitir que ele, a partir do contrato com os elementos que compõem os fatos, possa formar sua opinião” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 151).

Deste modo, é fundamental que a transmissão de informação crítica esteja vinculada à prática concreta do receptor, colocando-o na condição de “agente da transformação” e não simplesmente de “conhecedor”. Quanto ao jornalismo brasileiro, atesta “um vazio”: A grande imprensa não satisfaz, em termos de substância, vitalidade e crítica, o espaço deixado pela pequena imprensa na década passada [anos 70]. Há, por outro lado, um público que salta de jornal em jornal, de revista em revista, sem encontrar um veículo seu. O vácuo

jornalístico na vida política e cultural brasileira é cada vez mais gritante e os veículos da grande imprensa cada vez menos o preenchem (MARCONDES FILHO, 1989, p. 178).

Não é somente nos períodos de exceção, porém, que o jornalismo desvinculado do poder dominante se manifesta. No final dos anos 1990, ao constatar o discurso neoliberalizante da grande imprensa brasileira, Werneck Sodré acusou-a de assumir uma tarefa sem precedentes em sua história: “a de deformar a realidade, ou de escondê-la”. No entanto, “por razões que a dialética explica”, identificou, naquele cenário, o grande esforço representado pelo aparecimento de centenas de jornais pequenos, alguns efêmeros, “preenchendo o vazio que a grande imprensa estabeleceu em relação ao que é nacional e ao que é democrático” (1999, p. XVI-XVIII).

Para o historiador, o “Brasil real”, reconhecido pela enorme diversidade, poderia redefinir seus traços e rumos na “proliferação de jornais que contrastam, em tudo e por tudo, com o quadro estabelecido pela grande imprensa, a imprensa tradicional”. Esses veículos de menor porte “refletem com mais clareza e justeza a paisagem social e política do País”, ao abrir espaço aos problemas das classes menos favorecidas, com a discussão de propostas que comportam os “interesses daquelas camadas de opinião que não encontram guarida nem vez na imprensa oligopolizada” (SODRÉ, 1999, p. XVIII).

### Considerações finais

Evidentemente, as singularidades históricas não permitem que se busque importar, para o presente, o modelo de jornalismo contra-hegemônico produzido no país durante a fase mais tenebrosa do regime ditatorial para a imprensa alternativa – que vai da decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, à onda de atentados contra bancas de revistas que vendiam jornais dissidentes, no início dos anos 1980 (cf. KUCINSKI, 1991).

Se nos anos 1960 e 70 o embate se dava especialmente contra o autoritarismo do regime, hoje tem como alvo preferencial o discurso unissonante da grande imprensa. Novos formatos e linguagens e a defesa de causas vistas com desprezo pela mídia dominante se materializam nessas iniciativas recentes.

Seja na forma impressa, audiovisual ou por meio de sites e blogs, essas formas alternativas de jornalismo no Brasil

da pós-ditadura têm em comum a proposta de atuarem como uma espécie de contrapoder no campo midiático, buscando meios de trazer à tona um outro discurso da realidade, cuja marca singular é a recusa ao consenso.

Entre os exemplos que consideramos modelares, neste campo, estão a revista mensal *Caros Amigos*; a agência online *Carta Maior*; o jornal *Brasil de Fato*, e o quinzenário *Jornal Pessoal*, de Belém do Pará. Esses veículos expressam um modelo de jornalismo que pode se apresentar como alternativo, dissidente ou de resistência. A discussão fundamental reside no fato de que são experiências contra-hegemônicas, conduzidas de modo a ecoar não só questões historicamente recusadas pela grande imprensa, mas também no sentido de uma outra leitura possível para o modo como os fatos são narrados.

Esses periódicos operam em um segmento da esfera pública onde podem ser encontradas entidades como o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) e *Intervozes*. A exemplo dos veículos alternativos, essas organizações não-governamentais têm a tarefa comum de estimular o olhar vigilante e crítico dos cidadãos ao “segundo poder”, ou “poder midiático” de que fala Ignácio Ramonet (1999, 2003), quando atribui às corporações de mídia o papel de gerir ideologicamente a globalização.

Nesse campo também ganha ênfase o chamado “midiativismo” (cf. PASQUINELLI, 2002), que pode ser entendido como o uso político, estético e estratégico dos novos e antigos canais midiáticos por pessoas, grupos e entidades empenhados na militância anticorporação. Essa militância é definida por Naomi Klein (2003) como a oposição à lógica segundo a qual o que é bom para os negócios é bom para a sociedade.

Trata-se de fenômeno típico do final do século XX e início do século XXI, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, com as manifestações de Seattle, em 1999, e Gênova, em 2001, onde as redes de comunicação foram decisivas para a mobilização popular. O que une tantas e tão distintas aventuras humanas, em suma, é o rechaço ao consenso fabricado pelas elites econômicas, políticas e midiáticas.

Em síntese, como alertam Luiz Ramiro Beltrán e Elizabeth Fox (1982), num ambiente de dominação onde a prática jornalística é alvo de omissões, distorções e manipulação deliberadas, os meios alternativos têm a possibilidade de discutir o pouco que se informa, mas também o que não

se informa, quem informa e como o faz.

## REFERÊNCIAS

- BALDELLI, P. **Informazione e controinformazione**. Milão: Mazzota, 1972.
- DOWNING, J. D. H. **Mídia radical - Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2002.
- ENZENSBERGER, H. M. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad, 2003.
- FONTCUBERTA, M. de; MOMPART, Josep L. G. **Alternativas en comunicació**. Barcelona: Mitre, 1983.
- GRINBERG, M. S. (Org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- KESSLER, L. **The dissident press: alternative journalism in America**. California (EUA): Sage Publications, 1991.
- KLEIN, N. **Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- LINS DA SILVA, C. E. **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez; Intercom, 1982.
- MARCONDES FILHO, C. **“Contra-comunicação oficial e espontânea”**. In: LINS DA SILVA, Carlos E. **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez; Intercom, 1982. p. 59-69.
- \_\_\_\_\_. **O capital da notícia** – Jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.
- MORAES, D. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.
- PASQUINELLI, M. **Mediactivismo - Estratégias y prácticas de la comunicación independiente**. Roma: DeriveApprodi, 2002.
- RAMÍREZ, C. A. (Org.). **Comunicación alternativa y sociedad civil**. San Salvador: Fundação Konrad Adenauer, 1997.
- RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. “O poder midiático”. In: MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 243-252.
- REYES MATTA, F. (Org.). **A informação na nova ordem internacional**. Coleção Educação e Comunicação. Vol.3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.